

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

Direcção de Economia

Relatórios de Pesquisa

**Planificando pela Seca em Moçambique: Balanceando
os Papéis da Ajuda Alimentar e dos Mercados
de Alimentos**

Por

David Tschirley

Relatório de Pesquisa No. 29P
Maio de 1998

República de Moçambique

Direcção de Economia

Relatórios de Pesquisa

A Direcção de Economia do Ministério de Agricultura e Pescas, através do Projecto de Segurança Alimentar, apoia a publicação de duas séries de relatórios dos resultados de investigações na área de segurança alimentar. As publicações da série *Flash* são relativamente breves (3-4 páginas) e muito focalizadas, visando fornecer resultados preliminares de uma forma rápida e muito compreensível para maximizar a sua utilidade. As publicações da série de *Relatórios de Pesquisa* visam proporcionar análises mais longas e profundas sobre questões de segurança alimentar. A preparação e divulgação dos *Flash* e dos *Relatórios de Pesquisa* e suas discussões com aqueles que elaboram e executam programas e políticas em Moçambique podem constituir um passo importante para análise e planificação das actividades das várias Direcções Nacionais.

Todos os comentários e sugestões referentes a matéria em questão são relevantes para identificar questões adicionais a serem consideradas em análises e redacção posteriores e no delineamento de outras actividades de pesquisa. Deste modo recomenda-se que os utentes das publicações sejam encorajados a submeterem os seus comentários e informarem a respeito das suas necessidades em termos de questões e tipos de análises que julgam ser do seu interesse profissional e das instituições a que estão afectos.

Sérgio Chitará
Director Nacional
Direcção de Economia
Ministério da Agricultura e Pescas

AGRADECIMENTOS

A Direcção de Economia, em coordenação com o Departamento de Economia Agrária da Universidade Estadual de Michigan, vem desenvolvendo pesquisas na área de Segurança Alimentar. Gostaríamos de agradecer ao Ministério da Agricultura e Pescas da República de Moçambique e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em Moçambique, pelo apoio financeiro e pelo apoio substancial no desenvolvimento de pesquisas na área da Segurança Alimentar em Moçambique. Os nossos agradecimentos são extensivos ao "Africa Bureau" e ao "Bureau of Research and Development" da AID/Washington pelo apoio prestado, possibilitando assim a participação de investigadores da Universidade nesta pesquisa e a realização de trabalhos de campo em Moçambique.

David L. Tschirley
Director no País do Projecto Cooperativo de Pesquisa
Segurança Alimentar em Moçambique
Departamento de Economia Agrária
Universidade Estadual de Michigan

MOA/MSU Equipa de Pesquisa

Sérgio Chitará, Director Nacional de Economia

Pedro Arlindo, Pesquisador Adjunto

Rui Manuel Benfica, Pesquisador Adjunto

José Jaime Jeje, Pesquisador Adjunto

Anabela Mabote, Pesquisadora Adjunta

Ana Paula Manuel dos Santos, Pesquisadora Adjunta

Higino de Marrule, Pesquisador Adjunto

Paulo Mole, Pesquisador Adjunto

Rafael Achicala, Pesquisador Adjunto

Arlindo Elias, Pesquisador Adjunto

Maria da Conceição, Assistente

Francisco Morais, Assistente

Simão C. Nhane, Assistente

David Tschirley, Analista da MSU e Director do Projecto no País

Michael T. Weber, Analista da MSU

Paul Strasberg, Analista da MSU

Donald Rose, Analista da MSU

INDICE

AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE TABELAS E FIGURAS	vi
I. INTRODUÇÃO	1
II. MERCADO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR: PROGRESSO E DESAFIOS FUTUROS	2
Progresso até a Data	2
Determinantes	8
Desafios Futuros	10
III. PLANIFICANDO PARA A SECA EM 1998 E DEPOIS	12
Desafios Cruciais	13
Mercados e Coordenação da Ajuda Alimentar: A Experiência de Moçambique em 1992	16
Desafios de Coordenação em 1998 e Depois: Medidas para Melhorar a Habilidade dos Mercados Responderem a Crises	18
IV. CONCLUSÕES	21
REFERÊNCIAS	23
RELATÓRIOS DE PESQUISA DA DE	25

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1.	Abastecimento de Cereais em Moçambique, por Fonte, 1989/90 - 1997/98	3
Tabela 2.	Tendências de Preços Reais de Seis Produtos Alimentares nas Principais Cidades de Moçambique, 1991-1997	6
Tabela 3.	Retorno Anual ao Capital Necessário para uma Família de 8, Grossistas Trabalhando entre Chimoio e Maputo, June 1997	11
Figura 1.	Disponibilidade Per Capita de Calorias vindas de Cereais (Milho, Mexoeira, Mapira, Arroz, Trigo) em Moçambique, por Fonte. 1989/90- 1997/98	4
Figura 2.	Preços Reais de Grão de Milho Amarelo em Mercados de Maputo, 3/90- 9/97 (Base=8/97)	5
Figura 3.	Preços Reais de Alimentos Básicos em Maputo, 5/91 - 9/97 (base=8/97)	7

Pontos Chave

1. Não obstante a contínua e disseminada pobreza, Moçambique tem feito enormes esforços para atingir segurança alimentar sustentável nos últimos cinco anos, largamente baseado no melhoramento da produção e nos sistemas de comercialização de alimentos.
2. A gestão da ajuda alimentar em Moçambique durante a seca na África Austral em 1992, teve efeitos positivos no desenvolvimento do sector de mercado informal de alimentos e de pequenas moageiras de milho, ambos tendo contribuído para o melhoramento do desempenho do mercado alimentar e da segurança alimentar desde então.
3. A falta de coordenação entre o sector comercial e os programas de ajuda alimentar de emergência durante a seca de 1992, criou sérios problemas de abundância e preços baixos para todo o ano depois do fim da seca.
4. Para proteger o progresso que Moçambique tem conseguido na área de desempenho do mercado e segurança alimentar, e para assegurar um contínuo e positivo desenvolvimento, é imperativo que haja uma melhor coordenação entre os programas comerciais e os de ajuda alimentar em futuras crises de seca, e que ambos sejam desenhados com o objectivo de satisfazer as necessidades humanitárias da população enquanto realçam o papel que os mercados de alimentos jogam na resposta a tais crises.
5. Passos específicos incluem a) melhoramento de conteúdo dos métodos de Avaliação de Vulnerabilidade dos dados de nível de comercialização e dos agregados familiares de modo a melhor avaliar a habilidade dos mercados e agregados responderem à seca, b) implementação de mecanismos facilitadores de mercados tais como informação de mercados mais agressivos ao nível nacional, regional e internacional; aumento do acesso ao crédito em moeda externa para facilitar a importação privada; e uso coordenado de pagamento em dinheiro pelo trabalho, monetarização e monitoria dos mercados em áreas específicas para ajudar os mercados a responder as necessidades de distribuição da ajuda alimentar onde for necessário, e c) publicar activamente os detalhes do programa de resposta à seca.

Planificando pela Seca em Moçambique: Balanceando os Papéis da Ajuda Alimentar e dos Mercados de Alimentos¹

I. INTRODUÇÃO

Uma década após o começo da liberalização económica, e cinco anos depois do fim da devastadora guerra civil, o sistema alimentar de Moçambique registou impressionantes avanços no aumento da disponibilidade e acesso a alimentos para a maioria da sua população. A produção de alimentos básicos atingiu níveis tais que um sistema inteiramente novo de comercialização emergiu para escoar esta produção para os consumidores. Como resultado, o preço real de muitos produtos alimentares tem caído dramaticamente, e a sua disponibilidade nos mercados tem aumentado. Com o melhoramento do mercado, tem havido um melhoramento paralelo em indicadores nutricionais entre crianças na maior parte do país.

Este progresso não poderia ter sido possível sem o fim da longa guerra civil em 1992; chuvas geralmente boas desde então tem jogado igualmente um papel importante. O sucesso de Moçambique não é apenas devido a paz e chuva; decisões políticas tomadas desde o início da década de 90 foram instrumentos na criação de pre-condições para um sistema nacional de alimentos que respondam efectivamente às políticas e ambientes favoráveis desde 1992. O manuseamento da ajuda alimentar comercial antes e durante a seca da região da África Austral em 1992, foi uma das mais importantes decisões políticas, tendo facilitado a emergência de um dinâmico e crescente sector informal de comercialização e moagem do milho. Contudo, a ajuda alimentar comercial em 1992, primou por uma séria falta de coordenação, que criou problemas de abundância e baixos preços, e rompeu com o mercado doméstico do milho por aproximadamente um ano após o termo da seca.

É necessário lembrar que, não obstante o rápido desenvolvimento de mercados alimentares no país na última década (e especialmente nos últimos cinco anos), o sistema de pequena escala continua, com custos unitários altos e sujeitos a grande volatilidade. Claramente que melhoramentos significativos têm de ser ainda feitos, e isso deve ser feito no desempenho do sistema de mercado se se quer assegurar o necessário progresso na segurança alimentar. Dado que grande parte da África Austral e grande parte de Moçambique são sujeitos a secas em cada 3 a 7 anos, a política de ajuda alimentar terá efeitos importantes na forma como o mercado alimentar se desenvolve. Com a ameaça de seca em 1998, é imperativo que o governo e os doadores aprendam ambas as lições positivas e negativas de 1992 e continuem a avançar o seu pensamento e prática em relação ao papel da ajuda alimentar e mercado alimentar na resposta a tal crise.

Este documento apresenta o progresso que o país tem feito na segurança alimentar durante os últimos cinco anos, focando o papel que os mercados têm jogado no melhoramento do acesso aos alimentos para os agregados familiares. Sublinha, depois, o enorme desafio que o país

¹ Elaborado para a Conferência “Markets and Institutions for Food Security, 10-12 December, 1997, Brussels. O autor agradece bastante a assistência, na pesquisa de Ana Paula Santos, assim como os valiosos comentários de Michael T. Weber, Franz Vander Ven, Mack Ramachandran, Margaret McKuen e Marco Pinon, mas aceita total responsabilidade por erro de factos ou omissão.

continua a enfrentar antes de discutir a questão da planificação da prevista seca de 1998 e para os anos seguintes. Baseando-se na experiência de 1992 e enfatizando a necessidade de repensar a emergência e a ajuda alimentar de carácter comercial para proteger o progresso já conseguido no sistema privado de comercialização de alimentos e encorajar o seu crescente desenvolvimento.

II. MERCADO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR: PROGRESSO E DESAFIOS FUTUROS

A comercialização de alimentos através de mercados livres em Moçambique é um fenómeno recente. Barreiras legais para o exercício de tais actividades começaram a cair a menos de uma década, e estar engajado em tais actividades fora dos centros urbanos tornou-se seguro apenas com o fim da guerra civil há cinco anos. Antes disso, quer o Governo Colonial quer o da FRELIMO² controlavam os mercados alimentares com um sistema de monopólios geográficos, fixavam os preços a todos os níveis do sistema e uma participação pesada e directa do governo. Como resultado, como outros novos sistemas, o sistema de mercado privado de Moçambique tem mostrado um progresso tremendo enquanto continuam a sofrer de patentes fraquezas. É importante manter ambos os factos na mente uma vez que o governo e os doadores decidem como melhor conseguir o melhoramento na segurança alimentar no país.

Progresso até a Data

O progresso e melhoramento de segurança alimentar sustentável nos anos recentes em Moçambique, é evidente em quatro dimensões: 1) aumento *per capita* das calorias disponíveis em face da dramática redução da ajuda alimentar, 2) preços mais baixos e mais estáveis em todo o país e em vários produtos básicos, 3) um sistema alimentar que agora fornece uma gama de produtos básicos, e 4) integração melhorada do mercado alimentar. Um resultado importante destas mudanças é que a razão de crianças raquíticas tem caído de 13% em 1992 para 10.8% em 1996 e o número de distritos com razão de 16% ou maiores (indicando alto risco de mal nutrição) caiu de 39 em 1992 para 23 em 1996 (GOM, 1997). De 1991 (antes da seca da África Austral em 1992) a 1996, o nível de raquitismo desceu em 7 das 10 províncias e na cidade de Maputo.³

A produção total de cereais e disponibilidade de calorias *per capita* cresceu substancialmente em Moçambique nos últimos anos, e a contribuição da ajuda alimentar caiu dramaticamente (Tabela 1, Figura 1). A produção tem crescido em cada ano, desde a seca da África Austral, em 1992, e em 1997/98 foi o valor mais alto registado, 2,5 vezes maior que o do 1989/90. A disponibilidade *per capita* de calorias de todos os cereais em 1997/98 está

² FRELIMO quer dizer *Frente de Libertação de Moçambique*, o movimento revolucionário que derrotou o colonialismo Português em 1975 e tem governado o país desde então, ganhando as eleições gerais em 1994, depois de quase vinte anos de monopartidarismo.

³ É provável que intervenções especificamente desenhadas para melhorar o acesso e a utilização de alimentos por agregados vulneráveis tenha tido também algum efeito nestes números. O alcance destes programas é particularmente limitado por constrangimentos orçamentais e a quantificação de seus efeitos nutricionais é difícil. Veja GOM (1997) para mais detalhes.

Tabela 1. Abastecimento de Cereais em Moçambique, por Fonte, 1989/90 - 1997/98

Ano ¹	Produção				Ajuda Alimentar										Pop. ³ (‘000)
	Milho Branco	Arroz	Mapira/Me xoeira	Total	Milho Amarelo Comercial	Milho Amarelo de Emerg.	Milho Amarelo Total	Milho Branco de Emerg.	Arroz	Trigo	Ajuda Aliment. de cereais, Total	Importações comerciais (liq.)	Disponibilidade Total	Ajuda Alimentare m cereais, % da disponibilidade total	
1989/90	330,000	95,000	177,000	602,000	83,000	145,000	228,000	61,000	72,000	109,000	470,000	0	1,072,000	44%	15000
1990/91	452,900	96,400	181,000	730,300	126,000	221,200	347,200	76,500	47,600	116,400	587,700	0	1,318,000	45%	15405
1991/92	327,100	56,300	154,900	538,300	124,900	248,800	373,700	98,300	58,500	123,000	653,500	0	1,191,800	55%	15820
1992/93	132,600	33,000	71,000	237,000	271,700	389,200	660,900	18,700	61,600	47,700	788,900	70,000	1,095,900	72%	16248
1993/94	533,100	49,000	165,000	747,100	77,000	208,100	285,100	0	28,517	57,000	370,617	86,700	1,204,417	31%	16686
1994/95	527,000	97,000	193,000	817,000	70,200	123,900	194,100	70,900	50,000	103,100	418,100	105,000	1,340,100	31%	17137
1995/96	733,800	76,000	278,700	1,088,500	56,000	40,000	96,000	40,000	24,200	70900	233,800	153,700	1,473,300	16%	17600
1996/97	947,000	139,000	291,000	1,377,000	0	0	0	17,500	14,600	36899	68999	100,000	1,545,999	4%	18075
1997/98	1,042,734	180,272	307,290	1,530,296	0	0	0	4,875	n/a	112966	117841	40000	1,708,137	7%	18563

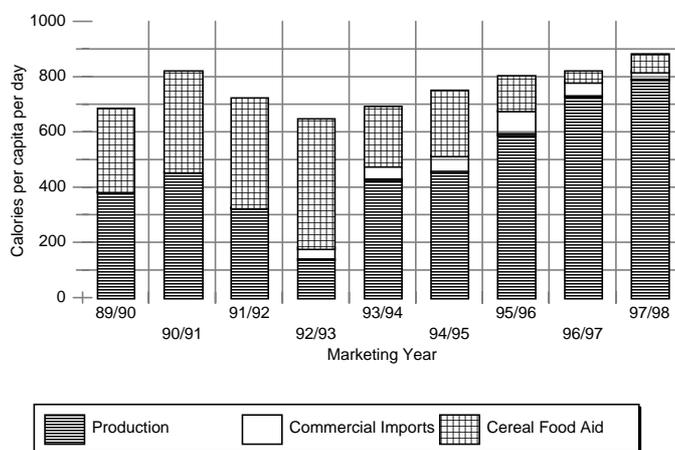
¹ Ano comercial: bpril - Março para fontes DSA e MSU (Maio - Abril para algumas fontes); Produção refere-se à produção do ano comercial relevante. Com base os dados do SNAP (1994) do MAP, aproximadamente 90% to milho produzido destina-se para consumo humano, o restante 10% sendo perdido ou utilizado para sementes; para os outros cereais, 88% para consumo humano e 12% para sementes, alimento para animais, e perdas. O SNAP estimate que 23% do milho produzido para consumo humano é comercializado, o restante sendo consumido na machamba.

² Importações de milho branco não foram incluídos (onde foi possível distinguir a cor); n década dos 90, os volumes tem sido muito pequenos devido a problemas de abastecimento na região. Compras locais de milho branco para ajuda alimentar também não foram incluídas, uma vez que já entram nos dados de produção.

³ Inteiramente arroz e farinha de trigo excepto em 1994/95, quando menos de 10,000 tm de milho branco foram importados da Africa do Sul. Importações informais não se incluem nesta tabela devido a falta de informação.

Fontes: Ministério de Comércio, Dpto. de Segurança Alimentar; **Boletim de Segurança Alimentar** (issues: Bol 4, 1991/92; Bol. 3, 1992/93; Bol. 3, 1993/94); Ministério de Comércio, Dpto. de Segurança Alimentar, **Food Aid Pledges and Shipments**, 1990/91 até 1994/95 (Novembro 1994); FAO **Production Yearbook**, 1989/90 - 1991/92 issues; World Food Programme Interfais database; Famine Early Warning Unit, Ministério de Agricultura e Pescas (dados de produção); e base de dados MOA/MSU sobre chegadas de ajuda alimentar (vide MOA/MSU 1993 WP#13 para mais informação).

Figura 1. Disponibilidade Per Capita de Calorias vindas de Cereais (Milho, Mexoeira, Mapira, Arroz, Trigo) em Moçambique, por Fonte. 1989/90-1997/98

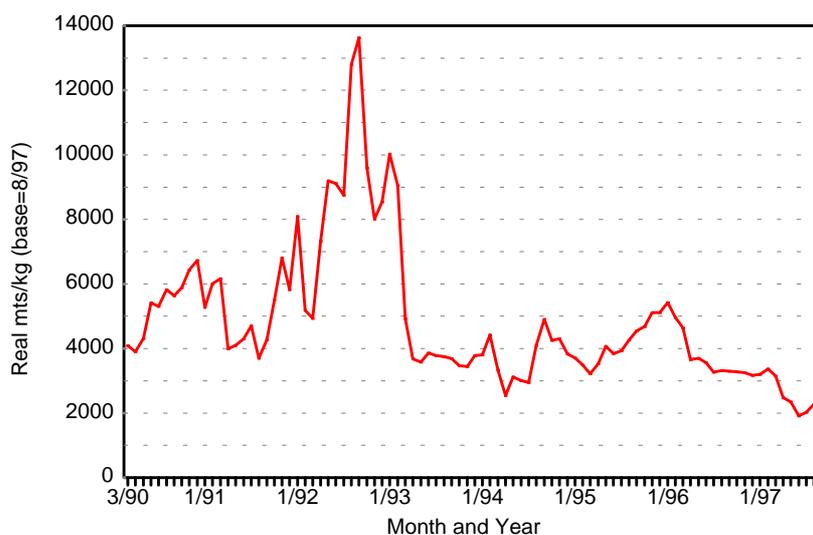


projectada para ser mais alta do que de qualquer ano desde 1989/90. A contribuição da ajuda alimentar caiu para apenas 4%, em 1996/97, e está projectada para subir ligeiramente para 7% durante 1997/98, valor que atingiu 72% durante a seca de 1992 e uma média de 49% antes da seca da região. Durante os últimos dois anos, descarregamentos de ajuda alimentar foram dominados por trigo de ajuda alimentar comercial para as moagens, mais como um indicador das necessidades dos governos doadores para se despojarem de superproduções do que a incapacidade de Moçambique de se alimentar-se a si próprio.

Este aumento da disponibilidade tem sido acompanhado por preços mais baixos e estáveis dos alimentos básicos em todo o país. O milho branco na cidade capital, Maputo, demonstra dramaticamente esta tendência (Figura 2). Comparando os períodos pré e pós seca (Março 1990 a Março 1992, Março 1993 a Setembro de 1997, respectivamente), os preços reais durante o último período caíram em 31% e o desvio padrão caiu para 27%. Os preços dos produtos básicos também caíram em todas as regiões do país. A Tabela 2 no table 2 apresenta a informação da tendência dos preços reais de 1991 até 1997 para seis produtos, três dos quais de produção doméstica (grão de milho branco, feijão "manteiga" e amendoim) e três que são importados (arroz, açúcar castanho e óleo importado) nas três principais cidades do país. Os resultados indicam uma forte tendência para a queda dos preços reais durante o período: em 16 de 18 casos, a tendência é negativa e estatisticamente significativa, com reduções variando de 6.3% para perto de 55%.

Os preços de milho branco em grão mais baixos e estáveis para os consumidores urbanos têm sido complementados pela contínua disponibilidade nos mercados citadinos de alimentos básicos tais como ("99%") de farinha e grão de milho, e complementos mais caros como farinha de milho refinada e arroz (Figura 3). O desaparecimento do grão e farinha de milho

Figura 2. Preços Reais de Grão de Milho Amarelo em Mercados de Maputo, 3/90- 9/97 (Base=8/97)



amarelo nos mercados de Maputo desde o fim de 1996 é surpreendente, dado que os consumidores de Maputo demonstraram vontade de mudar para o milho amarelo com descontos de preço modestos (Tschirley and Santos, 1995; Jayne, et. al., 1995). Os consumidores de baixo rendimento são os mais rápidos a mudar, e têm então pago o maior custo da falha na disponibilização destes produtos. Mesmo assim, é sabido que os comerciantes nas zonas rurais do sul continuam a importar milho amarelo para ser moído, atraídos pelos baixos preços na África do Sul.⁴

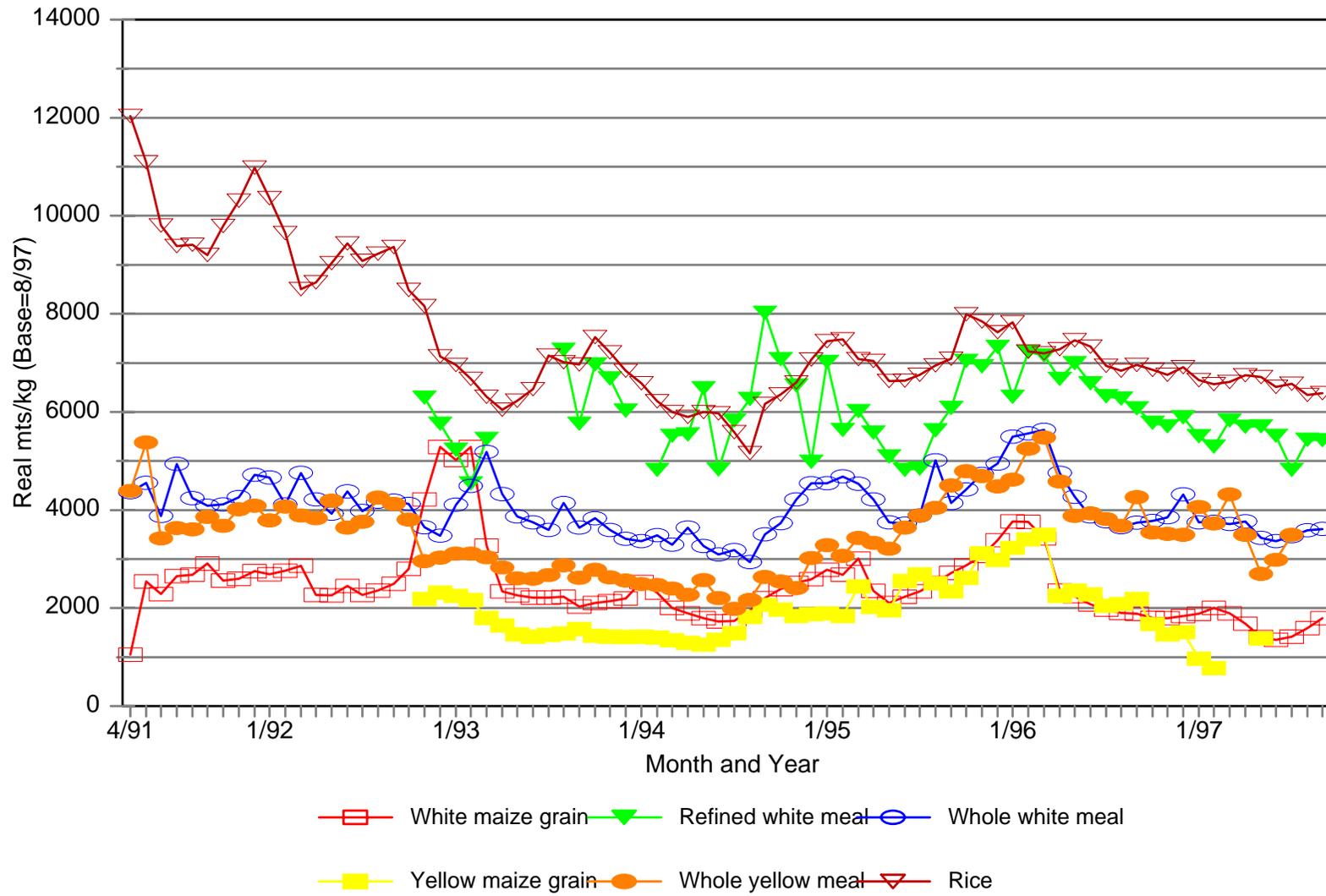
Os preços mais baixos e estáveis dos produtos alimentares e a contínua disponibilidade de uma gama de produtos e preços variados, reflectem um sistema de mercado que conseguiu com sucesso conectar regiões de abundância dentro e fora do país com as regiões consumidoras de Moçambique. Donovan (1996) mostrou significativos melhoramentos na integração do mercado entre o Centro e o Sul nos períodos pós-guerra e no pós-seca, e medidas de integração de mercado dentro da região mostra melhoramento apreciável naquela zona nos últimos dois anos (MAP/MSU 1997). Acima de tudo, é sabido que os comerciantes Moçambicanos têm regularmente abastecido o sul do país com grão de milho e outros produtos provenientes do Centro, com milho branco e amarelo da África do Sul e, durante os anos de seca (1995) ou anos de muita exportação (1997), tem chegado ao norte para abastecer ambos o centro e o sul com alimentos básicos. Este comércio activo entre o norte e sul, dentro do país tem sido feito quase exclusivamente por comerciantes não registados, muitos deles mulheres, que entraram no mercado nos últimos cinco a seis anos.

⁴ Comunicação pessoal com o co-proprietário de Inácio de Souza, grossista e dono de moagens a norte de Maputo, 17 Outubro 1997.

Tabela 2. Tendências de Preços Reais de Seis Produtos Alimentares nas Principais Cidades de Moçambique, 1991-1997

Mercado/Produto	Preço Médio (Mts/kg) ¹		Mudança Percentual 91/92-96/97	Tendência
	4/91-3/92 ²	10/96-9/97		
Maputo (Sul)				
Grão de milho branco	4,241	2,569	-39.4	Negativo
Feijão Manteiga	10,523	11,663	10.8	Positivo
Amendoim	11,520	5,212	-54.7	Negativo
Arroz	8,026	5,009	-37.5	Negativo
Açúcar castanho	8,415	6,698	-20.4	Negativo
Oleo importado	18,698	14,549	-22.1	Negativo
Beira (Centro)				
Grão de milho branco	2,036	1,630	-19.9	Negativo ⁴
Feijão Manteiga	15,311	9,206	-39.8	Negativo
Amendoim	15,452	7,901	-48.8	Negativo
Arroz	9,530	6,410	-32.7	Negativo
Açúcar castanho	10,703	7,595	-29.0	Negativo
Oleo importado	19,897	14,972	-24.7	Negativo
Nampula (Norte)				
Grão de milho branco	2,162	1,029	-52.4	Negativo
Feijão Manteiga	11,528	8,365	-27.4	Negativo
Amendoim	10,132	4,959	-51.0	Negativo
Arroz	8,788	7,334	-16.5	Negativo
Açúcar castanho	12,880	12,060	-6.3	Negativo
Oleo importado	22,999	14,232	-38.1	Negativa

Figura 3. Preços Reais de Alimentos Básicos em Maputo, 5/91 - 9/97 (base=8/97)



Determinantes

O fim da guerra foi a condição *sine qua non* para o melhoramento da situação de segurança alimentar. O rápido progresso feito pelo país nos últimos cinco a seis anos é apenas fruto do fim da guerra; escolhas políticas feitas antes do acordo de paz criaram condições para a rápida recuperação uma vez terminadas as hostilidades. As políticas-chaves relacionadas com a política de mercado alimentar, e políticas específicas de monetarização de milho amarelo de ajuda alimentar mudaram.

Começando em 1987, o país embarcou num programa de reformas económicas financiadas por doadores, o Programa de Reabilitação Económica (PRE). Este programa introduziria, pela primeira vez na história de Moçambique, uma economia de mercado livre e aberto.⁵ No final da década de 90, os políticos retiraram restrições nas movimentações dos produtos entre distritos e entre províncias e eliminaram o sistema de monopólios geográficos oficiais para comerciantes privados registados, um sistema que estava em vigor desde a era colonial. Alguma resposta destas mudanças poderiam ser vistas nos finais da década de 90, mas o risco de ataque e práticas restritivas pelas autoridades locais fizeram com que o progresso fosse lento (MAP/MSU 1990). Na colheita de 1991, a evidência começou a emergir no norte do país onde o comércio informal nas áreas rurais começou a competir com alguns dos anteriores monopólios, pagando preços médios mais altos aos camponeses (MAP/MSU 1991). Em 1992, estava claro que elementos recém-entrados dominavam o sistema de mercado de alimentos da cidade de Maputo, não obstante a política do governo de continuar a apostar na venda através de lojas governamentais no *Novo Sistema de Abastecimento* (NSA) a preços oficiais. Estes comerciantes, quase todos não licenciados, manuseavam a maior parte da produção que chegava às cidades, e também farinha de milho, trigo, açúcar, óleo vegetal, e outros produtos alimentares provenientes da Swazilândia e África do Sul (MAP/MSU 1993a; Sahn e Desai 1992).

Simultaneamente com a desintegração do sistema de lojas de abastecimento e a emergência de um sistema de comércio informal, os doadores estavam procurando por um sistema mais orientado para o mercado, distribuindo ajuda alimentar monetarizada. Começando com descarregamentos em meados de 1991, os doadores negociaram com o Governo de Moçambique para que o grão fosse vendido directamente a grossistas privados licenciados ("consignados") a preços fixos nos portos citadinos. Muitos consignados foram inclusos, assegurando um sistema competitivo a este nível (Tschirley, et. al. 1996). Estes consignados vendiam então os produtos no mercado informal altamente competitivo, que em combinação com reformas económicas introduzidas pelo PRE, alimentaram o crescimento deste sector comercial e das pequenas moageiras de milho.⁶

⁵ Moçambique não tem história de mercado privado livre antes de finais de 1980's. O comércio privado quer na era colonial quer no governo da FRELIMO era altamente controlado, incluindo a fixação de preços a todos os níveis do sistema.

⁶ Um elemento negativo deste sistema é que o preço cobrado aos consignatários não era relacionado de forma sistemática a preços internacionais, e eram muitas vezes menos de metade dos níveis de paridade de importação. Pagando estes preços baixos e depois vendendo num mercado competitivo debaixo de condições deficitárias ocasionou altos rendimentos para os consignatários que participavam do esquema. Esta questão será discutida mais adiante. Ver Tschirley, et al. (1996) para mais detalhes.

Estes dois sectores estavam em franco progresso na altura da assinatura dos acordos de paz em Outubro de 1992, e forneceram as fundações para o progresso de Moçambique na segurança alimentar desde esse tempo. Eles têm feito, assim 1) ligando as áreas rurais às cidades através do fluxo mercantil, 2) ligando o país com os seus vizinhos através das importações trans-fronteira no Sul e, mais recentemente, exportação de grão de milho e feijão boer do Centro e Norte, e 3) canalizando o milho através das pequenas moageiras. Os parágrafos seguintes explicarão cada um destes pontos.

Dentro do sector comercial informal, uma classe de grossistas inter-regionais empreendedores emergiu para ligar zonas de produção e de consumo com um fluxo comercial bastante activo. Começando fortemente em 1994, e com uma maior cobertura em 1995, estes comerciantes percorriam o centro e o norte de Moçambique a procura de milho, feijão e amendoim para ser vendido nos centros urbanos (ver MAP/MSU 1995a para mais informações sobre este sector). As medidas de integração entre os mercados de milho do sul, centro e norte melhoraram significativamente durante esses anos, como efeitos desse comércio (ver Donovan 1996 para evidência da integração sul-centro).

Este comércio estendeu-se já há muito para além das fronteiras de Moçambique para a importação e muito recentemente fez o mesmo para a exportação. O comércio de alimentos trans-fronteira era evidente em Maputo muito antes do fim da guerra, e foi um instrumento para aumentar a disponibilidade de alimentos para os consumidores pobres (MAP/MSU 1993). Este comércio continua a crescer desde os acordos de paz, com a África do Sul, transformando-se na primeira fonte de abastecimento, e jogou um papel na contenção do aumento de preços no sul de Moçambique, durante a época de fome de 1995/96. A produção daquele ano tinha sido relativamente pobre, e o preço sazonal dos alimentos subiu logo depois da colheita. Quando as notícias de redução da ajuda alimentar chegaram aos mercados em Janeiro e Fevereiro de 1996, houve uma onda de subida de preços. Os comerciantes informais continuaram a sua já tradicional prática de trazer milho branco e amarelo da África do Sul, estabilizando os preços na capital e resultando numa "inversão de preços" durante dois meses onde os preços eram mais baixos no perpetuamente deficitário mercado de Maputo, do que em zonas normalmente de abundância do Centro. A facilidade de troca de dinheiro nos mercados informais de câmbio tem sido um importante factor facilitador deste comércio. A importação formal de arroz do mercado mundial tem também contribuído para a segurança alimentar, mantendo uma constante disponibilidade deste produto, sendo uma menor porção produzido no país.

A exportação de milho e doutros produtos das zonas norte e centro do país começou em 1996/97 e desenvolveu-se mais fortemente em 1997/98. A produção de cereais atingiu um novo recorde em 1996/97, resultando em baixos preços ao produtor ao longo da maior parte do ano, especialmente nas zonas de abundância do Centro e do Norte. Estes baixos preços ao produtor continuaram até à colheita de 1997, que atingiu um novo recorde (ver Tabela 1). Contudo, subidas significativas sazonais de preços começaram a ser vistos em Setembro, e continuaram em Outubro (cinco a seis meses depois do começo da colheita). Os preços ao produtor subiram em mais de 75% desde o começo de Setembro, até ao início de Novembro, enquanto os do norte subiram entre 33% e 45% durante o mesmo período. Esta subida de preços é associada com mercado activo de exportação com o Malawi e a Zâmbia, assim como exportação para fora da região. Dados oficiais mostram exportações de 30.000 toneladas métricas de grão de milho, durante os primeiros seis meses do ano, mas estimativas não

formais são de que até Setembro, mais de 100,000 toneladas métricas tinham saído do país. Estas são quantidades significantes num país com uma produção ligeiramente acima de 1.000.000, em 1997 e estimativas de comercialização de 20 - 25%. Tem igualmente havido um crescimento de comercialização de feijão boer, quer dentro, quer fora da região, embora os dados oficiais sobre o volume de vendas não sejam disponíveis.

Um resultado importante desta abertura ao mercado de exportação é que um grande número de comerciantes capitalizados do sector formal começaram a ser mais activos no mercado de alimentos. Enquanto este comércio esteve confinado aos mercados internos, os comerciantes capitalizados preferiam concentrar-se em bens de consumo de alto valor onde podiam ganhar margens mais atractivas. Com a possibilidade de agora exportarem várias centenas de toneladas duma só vez, muitos dos comerciantes mais importantes do norte entraram no negócio, frequentemente usando os informais para a função de aumentar o produto. Esta entrada de grandes comerciantes tem implicações importantes para o futuro desenvolvimento da economia agrícola no norte do país, uma questão que será discutida a seguir.

Nas áreas urbanas, o crescimento do comércio informal fez com que a indústria moageira florescesse. Antes da liberalização, o grão era canalizado através do sistema monopolista e geográfico a preços fixos, e finalmente atingindo a agência estatal, a AGRICOM, que por sua vez vendia o grão destinado a moagem às grandes moageiras industriais. Estas indústrias produziam farinha de milho refinada que, devido a altos custos de processamento, o Estado subsidiava a maior parte dos consumidores através das suas lojas do NSA. Os enormes custos que tal sistema centralizado e de intenso capital impunha nos orçamentos dos consumidores e do governo são bem documentados no Zimbabue e Quénia (Jayne, et. al., 1995). Como nestes países, a liberalização em Moçambique trouxe um crescimento dramático no número de pequenas moageiras: 93% destas operam em Maputo sendo que as que operavam em princípios de 1994, tinham sido comprados em 1987, quando o PRE iniciou e quando as quantidades de milho amarelo começaram a crescer (Jayne, et. al., 1995). Estas pequenas moagens de martelo, cujo número agora ultrapassa o milhar, espalharam-se pelo país inteiro (MAP/MSU 1995b), asseguraram acesso às camadas consumidoras mais pobre das cidades (e de forma crescente, às rurais) à farinha branca e amarela mais barata diminuindo o seu limitado poder de compra.

Desafios Futuros

Não obstante o progresso, a comercialização de alimentos em Moçambique continua muito pequena, sofre de altos custos unitários, e é sujeita a uma grande volatilidade. A grande maioria do comércio retalhista é feito por milhares de comerciantes que transacionam menos de 50 kg por dia. Grossistas informais não transacionam, tipicamente, mais de 10 - 15 toneladas em cada duas semanas, e muitos movem muito menos que isso. Como resultado, as margens unitárias e retornos de capital têm de ser altos para os comerciantes simplesmente para ganharem um salário que permita viver.

Em Maputo em 1992, os retalhistas do grão de milho e farinha não refinada ganhavam margens líquidas de 8% - 19% do capital investido em cada um a dois dias (MAP/MSU 1993). Os retornos anuais de capital eram 1.500% a 7.000%. O comerciante típico transacionou apenas cerca de 50 kg de produto por dia e ganhou um rendimento igual a apenas 6% - 27% ao necessário para alimentar uma família de tamanho médio.

Os grossistas informais, que dominam o comércio norte-sul hoje, no país, tendem também a ser de pequena escala. Baseados em entrevistas com três grossistas em Maputo que compram regularmente grão de milho no centro de Moçambique, a Tabela 3 mostra o retorno do capital que estes comerciantes requereriam para alimentar uma família média a partir dos seus rendimentos. O menor dos três requereria uma margem líquida de 14,6% e um retorno anual de capital de 381%; a margem mais alta de 4,1% e um retorno anual de 107%. Estas não são escalas de operação que são necessárias se os custos forem reduzidos e a segurança alimentar aumentada para os consumidores mais pobres.

Adicionado ao custo de operações de pequena escala, estão os altos custos de transporte. O transporte de grão de distâncias superiores a 40 km das zonas produtivas do centro para mercados importantes na mesma região, em Junho de 1997 (a época seca, quando as estradas são mais transitáveis), custava 19% - 25% do preço de venda. Transportar esse grão para os mercados de Maputo no sul, eleva os custos de transporte em 33% - 55% dos preços de venda em Maputo. Esta combinação de altos custos de transporte e altas margens unitárias reduzem os preços para os produtores e aumentam para os consumidores, reduzindo a segurança alimentar para ambos.

A volatilidade do preço continua a ser um sério problema, talvez claramente ilustrado este ano. Mesmo com outra produção recorde, os preços de milho subiram de 33% a 75%, durante os passados dois meses nas áreas produtoras do país em resposta à exportação de mais de 100.000 toneladas de milho. Sem importações comerciais substanciais de grão (o milho comercial de ajuda alimentar não está a ser contemplado), a subida de preços pode rivalizar os 120% - 250% de aumentos sazonais vistos em finais de 1995 e início de 1996, ocasionado pela má colheita de 1995.

Tabela 3. Retorno Anual ao Capital Necessário para uma Família de 8, Grossistas Trabalhando entre Chimoio e Maputo, June 1997

	Comerciante 1	Comerciante 2	Comerciante 3
Quantidade comprada (kg)	3.500	5.300	12.500
Capital investido (MT/kg)	1.400	1.400	1.400
Tempo de rotação de capital	2 Semanas	2 Semanas	2 Semanas
Margem necessário para alimentar a uma família de 8 ¹	14.6%	9.7%	4.1%
Equivalente em termos de retorno anual ao capital	381%	251%	107%
¹ Método adaptado de Sahn and Desai (1993), explicado em MAP/MSU (1993)			

Em suma, a experiência de Moçambique na última década ilustra ambos a promessa e as limitações da liberalização. Devido a incapacidade inicial do governo de fazer cumprir as planeadas políticas económicas, mas aumentando com o tempo a reforma política, um ambiente foi criado no qual os mercados podem funcionar relativamente livres de constrangimentos legais. Em resposta, uma nova classe de comerciantes e pequenos processadores emergiu, cresceu e começou a diferenciar-se, ligando mercados urbanos com as áreas de produção rurais. Este processo estava bem encaminhado antes do fim da guerra em 1992, quando este comércio forneceu um complemento crítico para os largos volumes de ajuda alimentar que alimentavam as cidades; depois da guerra foi a base de uma impressionante redução em termos de preços reais e melhoramento da integração do mercado que se tem observado. Mesmo assim, o sistema mantém-se pequeno, de alto custo e volátil. Estes problemas são estruturais e não serão resolvidos sem um grande investimento no sistema de alimentos, quer no sector público, quer no privado. Os ganhos "fáceis" já foram largamente feitos; no futuro, o progresso será provavelmente mais lento e requer um cometimento sustentável do governo e doadores para políticas e investimentos que reduzam custos e a volatilidade. Dada a natureza cíclica da seca em Moçambique e na região Austral da África, políticas para a resposta à seca devem ser das que devem ser cuidadosamente avaliadas para assegurar que contribuam para aproximar, em vez de afastar, destes objectivos.

III. PLANIFICANDO PARA A SECA EM 1998 E DEPOIS

O governo e os doadores tentam proteger os avanços já alcançados no sistema de comercialização de produtos agrícolas e encorajam mais desenvolvimento, pelo menos três factores jogam a favor de passos decisivos para assegurar um papel importante na resposta à seca. Primeiro, a liberalização do mercado de exportação de produtos agrícolas nos países de economias desenvolvidas tem reduzido a superabundância de alimentos, e recursos para a ajuda alimentar tem, como resultado, caído dramaticamente. Isto é especialmente verdadeiro nos Estados Unidos, onde o programa que canaliza os excedentes pertencentes ao governo para o programa de ajuda alimentar (secção 416b) praticamente desapareceu, e onde os recursos para ajuda de governo para governo, para a compra de ajuda alimentar comercial (Title III) caíram em 1995 para menos de 20% dos seus níveis anteriores em termos nominais (menor em termos reais). Apenas o Title II manteve os seus recursos entre 1991 e 1995.

Segundo, a seca é um evento cíclico em Moçambique e na região Austral de África, ocorrendo tipicamente em cada três a sete anos. Mesmo na ausência de uma redução séria na disponibilidade de recursos de ajuda alimentar, parece óbvio que os países que sofrem destas crises frequentes necessitam de fortalecer a sua habilidade de os resolverem de maneira financeiramente sustentável. Uma vez que houve sérias reduções nos recursos para a ajuda alimentar, e provavelmente esta situação vai persistir, o desenvolvimento de tais estratégias é imperativo. À luz das severas restrições orçamentais de que muitos países sofrem, agora e num futuro próximo, estratégias que não dêem um papel central aos mercados na resposta à seca, não serão sustentáveis.

Finalmente, a liberalização económica da década passada, significa que um contínuo melhoramento da qualidade de vida em Moçambique e outros países da região depende fundamentalmente do melhoramento de desempenho dos mercados, especialmente os dos

alimentos.⁷ As políticas de programação do passado, fixação de preços e distribuição de ajuda alimentar tiveram efeitos negativos no desempenho dos mercados alimentares nos países receptores quando estas ajudas resultavam em excedentes excessivos e consequente baixo custo dos alimentos no país receptor.⁸ Repetindo este tipo de experiência em cada três a sete anos vai travar o desenvolvimento dos mercados locais capazes de mobilizar excedentes domésticos quando estes existem e ter acesso a fornecimentos internacionais numa base comercial quando necessário.

Este **não é**, um argumento contra o uso da ajuda alimentar para a resposta à seca. É possível que algum nível de recursos para ajuda alimentar continuará a ser disponível e que a sua disponibilidade aumente quando os países pobres são afectados por uma crise severa. Estes países, incluindo Moçambique, estariam pobremente aconselhados se não se servissem desses recursos. Este é um argumento para melhorar o papel que os mercados jogam no conjunto das respostas à seca. Este artigo vai demonstrar que os mercados de alimentos jogaram um papel muito importante na distribuição da ajuda alimentar no passado em Moçambique; esta experiência precisa de ser usada para melhorar o papel dos mercados na resposta a futuras crises, para beneficiar os consumidores e camponeses moçambicanos.

Desafios Cruciais

O desafio mais importante para o governo e doadores durante a crise de 1998 e futuras é planear e executar a ajuda alimentar para responder à seca e para satisfazer as necessidades humanitárias reais, enquanto facilita ao máximo o papel dos mercados. Isto vai requerer uma inversão na filosofia do desenho da resposta à seca. Nós sugerimos um processo composto de três etapas.

- ▶ **Começar a pôr ênfase nos mercados:** Determinar que mercados são capazes em termos de volume adicional de grão que podem trazer para o país através de importações comerciais, as áreas geográficas que podem cobrir (se com importações comerciais ou monetarização da ajuda alimentar), e proporções de populações dessas áreas que terão suficiente poder de compra, a preços razoáveis, para assegurar uma dieta mínimamente adequada,
- ▶ **Facilitar a resposta do mercado:** A extensão da resposta antecipada pelos mercados desapoiados, e determinar que mecanismos podem ser activados para facilitar um maior papel dos mercados (ex. suporte adicional à balança de pagamento ou facilidade para crédito em moeda estrangeira para uso na importação de bens alimentares básicos, subsídios temporários no transporte em rotas específicas), e

⁷ Uma acção do Governo é igualmente necessária, mas na perspectiva do fortalecimento e complementaridade dos mercados, e de tempos a tempos o melhoramento dos efeitos socialmente indesejáveis e não a sua substituição.

⁸ Os programas de ajuda alimentar tiveram também efeitos positivos no desenvolvimento dos mercados debaixo de certas circunstâncias indicadas anteriormente neste documento. Ver MAP/MSU Food Security Project Flash 2E (Inglês) ou 2P (Português) e Working Papers 12 (Inglês) e 12P (Português) para mais detalhes.

- ▶ **Voltar para ajuda alimentar:** Desenhar a resposta em ajuda alimentar para cobrir apenas as áreas geográficas e populações que não serão cobertos pelo mercado.

Alguns dirão que o processo acabado de descrever não difere substancialmente do que é tipicamente feito, isto é, que a ajuda alimentar é sempre desenhada para satisfazer as necessidades adicionais de alimentos do país durante uma crise. Contudo, vários factores sugerem que esta filosofia é, de facto, qualitativamente diferente do que é tipicamente encontrado na resposta a crises. Primeiro, sugerimos que o processo **comece** com os mercados e que inclua uma avaliação explícita do papel que podem jogar. Isto deve incluir o desenvolvimento e aplicação de metodologias para determinar quantitativamente onde e como os mercados podem rapidamente expandir-se para zonas remotas, e qual será o preço alvo aproximado nessas áreas. Seria ideal que estas estimativas fossem complementadas por metodologias para estimar o efeito da seca, não apenas nos níveis de produção dos agregados mas no seu poder de compra. Isto envolverá considerações explícitas e quantificação de quão os mecanismos de luta, especialmente estratégias de geração de rendimento fora da machamba, são capazes de contrariar os efeitos da seca. Combinando as estimativas dos níveis dos preços e o poder de compra dos agregados vai permitir uma melhor avaliação da habilidade dos mercados para satisfazer as necessidades alimentares numa área, e por dedução a necessidade de ajuda de emergência. Assim, uma coisa importante desta reflexão é que o desempenho dos mercados e o volume dos recursos de emergência necessários são funções negativas uma da outra; reduzindo os custos de comercialização ou aumentando o poder de compra dos agregados reduz a necessidade de assistência de emergência.

Segundo, o "approach" que está sendo aqui encorajado, contempla funções explicitamente facilitadoras. Os mercados de alimentos em Moçambique e outros países em desenvolvimento sofrem de custos unitários elevados para a comercialização doméstica e acesso limitado a moeda externa e crédito para financiar importação de alimentos. Os dois factores combinados, a curto prazo durante a crise, leva a uma subida enorme de preços de alimentos. Isto é especialmente verdadeiro quando a crise afecta uma região inteira no lugar de um país, como na seca da África Austral. Nesse caso, o comércio informal fronteiriço que ocorre continuamente entre muitos países na região é incapaz de cobrir todo o déficit. Mesmo assim, os governos, com a assistência dos doadores, podem colocar medidas temporárias que podem incrementar dramaticamente a habilidade dos mercados para responder a estas crises. Vale a pena mencionar, pelo menos, três exemplos, embora muitos mais possam ser investigados:

- ▶ **Uma instituição de crédito em moeda externa** ligada a importação de alimentos básicos. Tal instituição, se bem desenhada para maximizar o acesso fácil a comerciantes, pode aumentar substancialmente o volume total de alimentos disponíveis nos mercados.
- ▶ **Um subsídio temporário de transporte** em rotas seleccionadas pode aumentar o número de comerciantes e o volume de alimentos que chegam a áreas remotas.⁹

⁹ Hoje, a palavra "subsídio" evoca frequentemente uma rejeição automática pelos doadores e de forma crescente os governos receptores. Ademais, tal subsídio substituiria efectivamente, carregamentos de ajuda alimentar pelos doadores ou pelo governo para áreas "muito isoladas" dos mercados. Como tal distribuição teria uma área alvo e limitada no tempo, um subsídio de transporte seria temporário. É provavelmente muito mais barato, que a distribuição de ajuda alimentar, e contribui para a capacidade de resposta do sector privado para futuras carências.

Dinheiro pelo trabalho em áreas seleccionadas pode aumentar o fluxo de mercado de alimentos e reduzir ou eliminar a necessidade de distribuição de ajuda alimentar nessas áreas. Tais projectos de dinheiro pelo trabalho precisariam de ser bem divulgados, incluindo o período e o dinheiro a ser desembolsado, para assegurar que os comerciantes saibam antecipadamente que haverá aumento no poder de compra na área. Se houver preocupações sobre a disponibilidade de alimentos, os doadores poderiam monetarizar a ajuda alimentar nos mercados das zonas próximas das urbes, ou pré-posicionar grão que poderia ser monetarizado se os preços na zona de dinheiro pelo trabalho excederem certos limites pré-definidos. A monitoria dos preços de um leque de produtos básicos deveria ser um requisito necessário a tal "approach".

Em conjunto, tais medidas temporárias podem reduzir dramaticamente os preços de mercado em muitas áreas do país e conseqüentemente reduzir o volume de recursos de emergência que o país precisa.

Finalmente, os resultados prováveis desta filosofia podem ser distinguidos dos resultados das tradicionais em três maneiras.

- ▶ **Grande confiança nos mecanismos do mercado.** Focalizando primeiro nos mercados privados de alimentos, avaliando a sua habilidade de ter acesso e distribuição de fornecimentos externos e monetarização da ajuda alimentar para os consumidores é capaz de revelar uma grande capacidade de resposta de mercado do que se supunha anteriormente. Utilizando dados empíricos disponíveis para examinar a habilidade do agregado de proteger o seu poder de compra na presença da seca é capaz de revelar que as estratégias de segurança alimentar de alguns agregados são mais eficientes do que se pensava. Ambas descobertas moverão os planificadores de resposta às crises na direcção de maior confiança dos mecanismos de mercado. A identificação de intervenções específicas e temporárias para facilitar a resposta do mercado, acentuará este movimento.
- ▶ **Baixos custos totais de resposta à seca.** Maior confiança nos mercados privados levará à redução nos custos da resposta de emergência através da redução de volumes de emergência e, possivelmente, ajuda alimentar comercial e redução dos custos de transporte para ambos tipos.
- ▶ **Reforçada habilidade dos mercados responderem a secas no futuro.** Como qualquer um, os comerciantes aprendem fazendo. Sendo permitidos mais espaço para responderem comercialmente para as oportunidades do mercado que aparecem nas situações de crise, eles aumentam seus conhecimentos, melhoram suas práticas, e são capazes de responder melhor no futuro. Se eles tiverem a certeza que a ajuda alimentar seja gerida da mesma maneira no futuro, e se as secas são eventos periódicos como acontece na África Austral, os comerciantes são capazes de aumentar os seus investimentos na capacidade de importação e distribuição. A acontecer isto, os custos de resposta de emergência poderão continuar a cair no futuro.

Mercados e Coordenação da Ajuda Alimentar: A Experiência de Moçambique em 1992

Os mercados jogaram um papel importante durante a seca de 1992, mesmo antes do fim da guerra. Durante a campanha de comercialização de 1992/93 (Abril 1992 - Março de 1993, o período de queda de produção), aproximadamente 40% de milho de ajuda alimentar, e 36% de toda a ajuda alimentar, foi monetarizada (MAP/MSU 1996). Estes volumes de ajuda alimentar monetarizada chegaram entre Maio de 1992 e Janeiro de 1993, tendo sido vendidos no Maputo no Sul e em menor extensão na Beira, no Centro. Não obstante a guerra (que acabou apenas em Outubro de 1992), esta ajuda teve um fluxo rápido para os mercados no Sul e no Centro através do mercado informal. Comerciantes de fora de Maputo chegavam com regularidade nos centros grossistas informais do mercado de Maputo para comprar grão para ser transportado para o norte. Comerciantes baseados em Maputo também transportavam grão para zonas periféricas. Como resultado deste tipo de actividade comercial, os preços de milho amarelo nos mercados do sul seguiam de perto os do Maputo, enquanto os do Centro eram comparáveis aos da Beira (Tschirley 1994). Uma vez que o milho amarelo não era produzido no país, estes preços podem apenas ser explicados pelos fluxos comerciais observados.¹⁰

Para além da ampla distribuição da ajuda alimentar nas regiões Sul e Centro do país, os mercados informais de alimentos canalizavam grande parte dessa ajuda para as pequenas moagens, com benefícios substanciais para os consumidores pobres. Baseados em custos de processamento mais baixos,¹¹ os preços de mercado da farinha de milho amarelo e branco em Maputo, tinham como média respectivamente 76% e 80%, dos preços de farinha refinada da mesma cor durante 1991 - 1997. A farinha não refinada de milho amarelo e branco encontrava-se presente, nos mercados de Maputo, nesse tempo em, respectivamente 160% e 31% mais meses, do que a farinha refinada respectiva. A pesquisa mostra que os agregados que compram farinha amarela não refinada têm rendimentos médios aproximadamente 25% menos do que os agregados que não compram, e que os agregados de baixo rendimento tem aproximadamente duas vezes a probabilidade de consumir farinha não refinada, do que os de alto rendimento, quando esta leva um modesto (20%) de desconto em relação à farinha refinada (Tschirley, et al., 1996). Finalmente, a farinha não refinada rende 15% a 40% mais alimento humano por unidade de grão do que a refinada e a baixo preço. Isto deve ser visto como um claro benefício num país como Moçambique, onde a vasta maioria da população tem rendimentos tão baixos para serem consumidores significativos de carne (o gado bovino é o principal consumidor dos sub-produtos da farinha de milho refinada).

Não obstante a importância dos mercados na ajuda alimentar, a coordenação entre as agências de ajuda alimentar e o sector privado teve sérias discontinuidades. Os programas de ajuda alimentar comercial também tiveram pouco sucesso na coordenação das suas actividades. Os resultados desta falta de coordenação foram aparentes em 1993 e em 1994 na forma de

¹⁰ Estas afirmações são baseadas numa atenta observação do mercado grossista Bazuca em Maputo durante Maio-Agosto de 1992. Nesse tempo, o pessoal do Projecto de Segurança Alimentar conduziu uma avaliação do sistema de comercialização informal de Maputo e esteve no mercado quase todos os dias e observando e entrevistando os comerciantes. Ver MAP/MSU 1993 para mais detalhes sobre os resultados do estudo.

¹¹ Ver Jayne, et al. (1995) para cálculos representativos dos custos de moagem em rolos industriais e nas pequenas moagens de martelo

depressão de preços do milho amarelo e branco. No programa de ajuda alimentar comercial, os doadores determinaram as quantidades na base de balanço alimentar, fixaram parâmetros para o consumo *per capita*, e estimadas da população capaz de comprar o grão nos mercados. Uma vez determinadas as quantidades de ajuda e o esquema de escoamento pelo Ministério de Comércio e os doadores, as quotas eram alocadas aos consignatários. Mesmo conhecendo as condições de mercado nas suas áreas de operação, os consignatários (os primeiros compradores da ajuda alimentar seleccionados pelo Ministério do Comércio e doadores) não foram consultados sobre as quantidades necessárias no momento da chegada da ajuda.

Está claro que tal procedimento estava baseado numa série de pressupostos que, porque não estavam declarados e claramente percebidos pelos envolvidos no momento, não foram convenientemente avaliados. Começando pelo nível mais geral, pelo menos três pressupostos podem ser salientados:

- ▶ Primeiro, que os consignatários desejariam qualquer quantidade que tivesse sido programada para a ajuda alimentar comercial, não obstante não terem sido consultados sobre as quantidades totais.
- ▶ Este ponto de vista era baseado num outro pressuposto implícito, nomeadamente, que as condições do mercado faz a compra da ajuda alimentar comercial atractiva enquanto a seca persistir.
- ▶ Finalmente, este pressuposto implícito sobre as condições do mercado foi baseado noutro: que a ajuda alimentar de emergência não afectaria de forma apreciável os mercados.

Pressupostos suportando outros pressupostos que determinaram o desenho do programa.

Moçambique não era único nesse aspecto, baseando o seu programa em pressupostos que não eram declarados e, provavelmente, vagamente entendidos. Infelizmente, tais erros podem ser frequentes em situações de planificação apressada como é o momento de crise, como foi a seca de 1992. Os riscos de tal procedimento são claros: se qualquer dos pressupostos indicados anteriormente estiverem errados, o desenho do programa pode ser problemático.

Isto é precisamente o que aconteceu. Volumes nunca antes vistos de ajuda alimentar de emergência chegaram a Maputo entre Dezembro de 1992 e Janeiro de 1993, requerendo o porto de Maputo o manuseamento de aproximadamente três vezes mais grão de emergência do que em igual período de dois meses. Juntando-se à ajuda comercial chegada em Outubro e Novembro de 1992, estas quantidades ultrapassaram as capacidades do porto (e do sistema de distribuição de ajuda de emergência), com resultados que invalidaram qualquer um dos três pressupostos indicados acima. Primeiro, grandes volumes de ajuda de emergência foram desviados para os mercados. Embora valores exactos não possam ser indicados, fontes fidedignas dentro do programa de emergência em Moçambique estimam que um terço de todo o grão de emergência foi eventualmente vendido nos mercados. Segundo, estes desvios, mais o desembarque em Junho de 1993 de aproximadamente 40.000 toneladas métricas de grão de emergência a Maputo (o valor mensal mais elevado uma vez registado, chegando no meio de uma boa colheita em 1993) mudou dramaticamente as condições de mercado. Em todo o ano de 1993, os preços reais a retalho de milho amarelo em Maputo eram aproximadamente metade dos de 1990 e 1991. Os preços reais de milho branco de Abril a Novembro de 1993

foram 78% (68%) dos níveis atingidos no mesmo período em 1991 (1990). Na região central onde os dados não permitem uma comparação histórica, os preços a retalho do milho branco em todo o ano de 1993 e parte de 1994 eram menos de metade dos de Maputo, e os preços de milho branco eram menos de 40% dos do Maputo e menos de um terço dos níveis de paridade de importação. Finalmente, os baixos preços de mercado levaram muitos consignatários a recusar as suas quotas de ajuda comercial, e o grão acumulado começou a estragar-se.

Os consignatários recusavam as suas quotas porque os preços tinham caído a níveis abaixo dos que tinham que pagar para receber o grão de ajuda de emergência. Os consignatários que pagaram esses preços sofreram grandes perdas como resultado da abundância. Alguns destes mesmos comerciantes tinham ganho margens elevadas antes da seca e nas fases iniciais quando os preços ainda eram altos. Isto sublinha o fracasso do sistema de ajuda alimentar em 1992: o estabelecimento de preços consignados. Estes preços não estavam relacionados de forma sistemática aos preços internacionais, e caíram para aquém de um terço do preço de paridade de importação. Pagar estes preços baixos e depois vender num mercado competitivo quando esse mesmo mercado estava em *déficit* forneceu largas margens para os consignatários. Esses comerciantes poderiam mais tarde perder dinheiro depois de pagarem mesmo esses preços baixos por causa da abundância no mercado criada pela ajuda de emergência.

Em suma, a política de ajuda alimentar teve ambos efeitos positivos e negativos no desenvolvimento do mercado alimentar em 1992. O governo e os doadores merecem um grande reconhecimento pelas suas decisões em 1991 para adoptar uma política de distribuição de ajuda alimentar orientada para o mercado e por manter essa política durante a seca de 1992. Contudo, eles pensaram apenas numa porção de questões que devem ser consideradas se se pretende fundamentalmente alterar a programação da ajuda alimentar. Questões de fixação de preços de ajuda comercial e sua distribuição, e como evitar a tendência quase universal de sobestimar a necessidade de ajuda alimentar, deve ser cuidadosamente considerada agora e no futuro.

Desafios de Coordenação em 1998 e Depois: Medidas para Melhorar a Habilidade dos Mercados Responderem a Crises

O governo e os doadores construíram a resposta da seca de 1992 em dois pés: ajuda de emergência e monetarizada. A seca foi severa em toda a região, significando que o comércio fronteiriço em milho parou, e o país não tinha possibilidade de acesso aos fornecimentos externos à região. A situação mudou muito nos últimos cinco anos. As trocas comerciais com o exterior são mais frequentes, e muitos comerciantes têm estado a importar regularmente arroz do mercado mundial e milho do regional. Os Moçambicanos mais pobres têm demonstrado a sua disponibilidade de consumir milho amarelo se este tiver um preço inferior ao do milho branco; as oportunidades de lucro surgirão da importação do milho amarelo à medida que o preço do milho branco sobe durante a seca. O tamanho e a liquidez dos mercados mundiais de milho amarelo significa que este produto está disponível para os que forem capazes de comprá-lo. Assim, a resposta à seca em 1998 e as subsequentes incluirá, provavelmente, três pés, ajuda alimentar de emergência, comercial e importação comercial privada e o desafio de coordenação deverá ser ainda maior que o de 1992.

O governo e os doadores correm dois riscos relacionados, se não souberem fazer a coordenação. De um lado, podem desfazer as importações privadas com excedentes de ajuda alimentar e criar confusão do lado do mercado. Se os importadores de alimentos esperam que os donativos vão inundar o mercado como aconteceu em 1992, eles ou não entrarão no mercado ou o farão num volume reduzido. De facto, dada a experiência do ano de 1992, os comerciantes são capazes de querer que lhes sejam dadas garantias de que excedentes como os de 1992 não ocorrerão para que possam arriscar os seus capitais na importação de milho. Claramente que, quer o governo, quer os doadores precisam de dar passos activos para assegurar a coordenação entre eles e os potenciais importadores privados.

O segundo risco que o problema de coordenação apresenta é o dos fornecimentos insuficientes do mercado, com preços a subirem, bem como a fome. Se o governo e os doadores conhecessem a intenção da resposta do sector privado através de importação comercial e falhassem a coordenação, então a resposta poderia não emergir. O país poderia então sofrer um desastre de falta de alimentos, preços altíssimos e pessoas sofrendo de fome; a mesma situação que muitas vezes levaria a um excesso de ajuda de emergência em primeiro lugar.

Ambas situações podem ser evitadas desenhando e executando um programa de ajuda alimentar transparente que é planeado e tornado público antecipadamente. Há três áreas onde os doadores e o governo precisam de jogar papéis cruciais: 1) melhoramento dos conteúdos de metodologias da Avaliação da Vulnerabilidade, 2) implementar mecanismos facilitadores de mercado e 3) publicar de forma agressiva o resultado da resposta à seca em todos os seus detalhes.

Melhoramento do conteúdo da informação de mercado e agregado familiar e metodologias da Avaliação da Vulnerabilidade (AV): É prática comum usar os instrumentos de AV para identificar as áreas mais susceptíveis à seca, quer em termos de produção reduzida quer em termos de poder de compra. A utilidade destes instrumentos pode ser significativamente aumentada pela incorporação de maior cobertura de detalhes de questões ligadas à comercialização, e pela utilização de dados de agregados onde estes estejam disponíveis. Equipes de AV precisam de incorporar analistas experientes em comercialização de alimentos para utilizar os dados disponíveis de preços e transporte (incluindo a qualidade das estradas, tempos de transporte, que podem aumentar os escassos dados de custos de transporte) para avaliar onde os mercados serão capazes de responder à procura efectiva e a que preços. O desenvolvimento de uma superfície nacional de preços (usando o GIS) reflectindo as margens de mercado requeridas para o fornecimento de alimentos em diferentes áreas do país poderia ser um bom ponto de partida para o delineamento de estratégias de resposta à seca que maximizem a contribuição dos mercados. Se disponível, o uso de dados de agregados nacionais para calcular o seu rendimento poderia complementar o que as equipas de AV fazem tipicamente nesta área. Especialmente valiosa seria a habilidade de tais dados reflectirem a diversidade dos agregados numa dada área. Os métodos de AV que se baseiam na entrevista dos informadores chave não captam provavelmente a variabilidade, e isso é crucial para atingir o alvo. Em Moçambique, esforços estão a ser feitos em ambos os sentidos; é importante que as lições sejam aprendidas destas experiências para guiar esforços futuros na colheita de dados assim como sua análise.

Implementação de mecanismos de facilitação de mercado: Ao nível nacional, pelo menos três áreas merecem atenção na facilitação da resposta do mercado à seca. Estas são 1) informação de mercado, 2) acesso à moeda externa e 3) acesso ao crédito para a importação. Para além destas acções ao nível nacional, o governo e os doadores devem escolher dum menu de opções para facilitar a resposta do mercado.

A Informação de Mercado deve ser agressivamente disseminada e sempre que possível em forma de boletins escritos, emissões radiofónicas, comunicados de imprensa e outros meios julgados eficientes. A informação deve incluir a) actualização em cada dois a três meses das previsões de produção nacional, regional e mundial de milho amarelo e branco, b) actualização semanal dos preços actuais e futuros ao nível nacional, regional e mundial para o milho amarelo e branco e arroz, incluindo a interpretação do significado do movimento preços de futuros, c) actualização regular (mensais se possível) das projecções da folha de balança baseada nas actualizações dos *stocks* nacionais e as intenções de importação do sector privado, e d) actualizações regulares das políticas e práticas dos países vizinhos incluindo conselhos sobre alguma mudança nas políticas e práticas, tais como o fecho de fronteiras para a exportação de grão (um fenómeno que está já ocorrendo na região desde o início de Novembro de 1997).

Acesso a disponibilidade de moeda externa pode precisar de ser melhorado se se pretende que a macro economia seja isolada do choque de seca e se um número suficiente de comerciantes forem capazes de importar e fazer o sistema competitivo. Moçambique tem trabalhado duramente para conseguir estabilidade macroeconómica, uma moeda estável, taxa de juros e de inflação baixos. Há pré-condições para um crescimento sustentável, e deve ser protegido para que a seca não o arruine. O Ministério das Finanças e a missão do Fundo Monetário Internacional local devem estar envolvidos no processo de planificação da seca para rever os meios nos quais a estabilização e o programa de ajustamento possam acomodar uma necessidade crescente de moeda externa (e crédito - ver em baixo) sem efeitos destabilizadores na taxa de câmbio. Os doadores e o Banco Central de Moçambique devem ser flexíveis no delineamento de mecanismos que aumentem o acesso à moeda externa e não excluam a maioria dos comerciantes.

Acesso ao crédito em moeda externa deve ser parte integrante de um tal mecanismo. Permitir o pagamento em meticais pode ser necessário, uma vez que os comerciantes venderão os seus produtos localmente. Existe o risco de desvalorização da moeda e conseqüente depleção do fundo de crédito, mas isso pode ser resolvido através de um delineamento e implementação efectiva do fundo em moeda externa.

Para além destas medidas nacionais, o governo e doadores precisam de identificar locais específicos onde os mercados *podem* funcionar mas não o podem fazê-lo eficientemente durante a crise devido à combinação de pouca procura, falta de comida e altos custos de transporte. Estes problemas podem ser resolvidos através da combinação de trabalho remunerado nas áreas afectadas, monetarização da reserva do grão monetarizável nos maiores mercados mais próximos (para ser vendido em circunstâncias específicas e amplamente divulgadas, ligadas ao comportamento do preço no mercado), e subsídio temporário de transporte. A implementação efectiva de tais estratégias vai requerer monitoria frequente das condições de mercado e de fornecimento de alimentos nas áreas alvo, e publicação enérgica dos detalhes de todos os projectos de trabalho remunerado de modo a que os comerciantes

onde, quando e quanto dinheiro está sendo injectado nas economias locais. Tais actividades vão abrir um novo campo para a maioria das agências de ajuda alimentar, e eles não podem adoptá-las sem uma avaliação séria. Uma experimentação cuidadosa de tais actividades num número de locais facilmente maneável durante as fases iniciais podem ir longe na solução da pesquisa e extensão, e no sistema privado de distribuição de resistência burocrática e conceptual dentro das agências e o refinamento das próprias estratégias de implementação.

Divulgar activamente os resultados do programa de resposta à seca em todos os seus detalhes, incluindo volumes, calendário, alvos geográficos para distribuição gratuita; volumes, preços e locais de monetização da ajuda comercial; locais e período e volume de remuneração de programas de trabalho; e detalhes de algumas medidas localizadas tais como grão pré-posicionado que pode ser distribuído gratuitamente ou vendido em condições apropriadas. Estas condições específicas precisam de ser também disseminadas com o resto do programa.

IV. CONCLUSÕES

Este artigo salientou ambos aspectos positivos e negativos da resposta da seca da região Austral de África em 1992 em Moçambique, e argumentou que o governo e os doadores necessitam de dar passos concretos para aumentar o papel que os mercados jogam na resposta a futuras crises. Este argumento deve ser entendido no contexto de um pacote de iniciativas que são necessárias para assegurar o contínuo progresso em direcção a uma segurança alimentar sustentável. Estas iniciativas incluem 1) consolidação de reformas no sector comercial, 2) investimento em infra-estruturas que reduzam os custos de comercialização, 3) investimento nacional na habilidade de identificação e disseminação de tecnologias de produção melhoradas, e 4) continuar a investir no melhoramento de informação de base (e na capacidade analítica de usá-la) na produção alimentar, comercialização, preços e consumo, bem como características sócio-económicas dos agregados dos familiares dos pequenos produtores.

As condições geográficas e agro-climáticas em Moçambique indicam que a segurança alimentar na região sul, susceptível à seca, e os incentivos de produção na região mais produtiva a norte do país, dependerão ambos do comércio. Este comércio será primariamente regional se a produção da África Austral for boa, e norte-sul dentro de Moçambique se a produção for fraca (Coulter 1996)¹². Simplificar a política comercial internacional e clarificar o ambiente regulatório nacional são ambos passos importantes para assegurar e fortalecer as ligações internas e regionais.

Continuar a reabilitar a rede de estradas, especialmente as estradas rurais, é necessário para reduzir os custos de comercialização de milho e outros produtos fora das áreas produtivas mais isoladas. Associado ao fortalecimento da capacidade de exportação do país, está a necessidade de melhorar a capacidade de armazenamento e a disponibilidade de crédito, possivelmente ligado a esquemas de crédito no Norte. Consolidar reformas no sector

¹² A produção no norte de Moçambique é menos arriscada do que no resto do país, e não é fortemente correlacionada com a produção no resto da África Austral., por exemplo, a produção nesta área foi melhor que a média em 1992, quando o resto da África sofreu uma seca devastadora.

comercial é também necessário se se pretende que os comerciantes façam estes e outros investimentos necessários para aumentar as suas escalas de operação e reduzir os custos operacionais.

A médio e longo prazo, a segurança alimentar em Moçambique vai depender do aumento da produtividade agrícola. Este aumento de produtividade vai requerer investimentos substanciais nos seus sistemas de insumos que sejam capazes de facilitar o seu acesso e uso no aumento dos rendimentos em culturas alimentares e de rendimento. Depois de muitos anos de guerra e de abandono, o sistema nacional de investigação e extensão agrária é excepcionalmente fraco. O uso pelo sector familiar (85% da população) de insumos, para além de instrumentos manuais, é quase não existente fora de certos esquemas de produção de algodão nas províncias nortenhas.¹³ O desenvolvimento de tecnologias e a entrega de insumos deve ser priorizado se se pretende que o país atinja o almejado desenvolvimento da sua base productiva.

O Governo Moçambicano tem sido muito pragmático na condução de um diálogo empírico sobre a alimentação e políticas agrárias. Com o compromisso a longo prazo com vários doadores, algumas organizações governamentais começam a desenvolver esforços no melhoramento de banco de dados sobre os mercados, nos participantes e problemas no sector rural. Estes esforços devem continuar a ser melhorados. Entre outros benefícios, estes esforços vão contribuir directamente nas questões levantadas neste artigo, permitindo o governo e os doadores de examinar e melhorar a habilidade do mercado responder às secas cíclicas que continuarão a afectar Moçambique nos anos futuros.

¹³ Alguns camponeses nestes esquemas usam estes insumos no milho e no algodão, obtendo rendimentos de milho 3 a 4 vezes acima do rendimento sem insumos. Estas práticas demonstram o potencial existente em Moçambique da complementaridade entre as culturas de rendimento e as alimentares, como tem sido encontrado em muitos outros países da África Sub-Sahariana (MAP/MSU 1996).

REFERÊNCIAS

- Coulter, Jonathon (1996). "Maize Marketing and Pricing Policy in Mozambique". Final consulting report for the World Bank mission in Mozambique. Maputo.
- Donovan, Cynthia (1996). "Effects of Monetized Food Aid on Local Maize Prices in Mozambique". Unpublished Ph.D. Dissertation. Michigan State University Department of Agricultural Economics. East Lansing, MI.
- Government of Mozambique (1997). "Estrategia de Seguranca Alimentar e Nutricão", draft for discussion, Maputo.
- Jayne, T.S., David Tschirley, Mulinge Mukumbu and Larry Rubey (1995). "Effects of Food Market Reform on Access to Food by Urban Consumers: Evidence from Four Countries in Eastern and Southern Africa", International Development Working Paper xx. Dept. of Agricultural Economics, Michigan State University. E. Lansing.
- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1990). "Informing the Process of Agricultural Market Reform in Mozambique: A Progress Report". Working Paper No. 1, National Directorate of Agrarian Economy, Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.
- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1991). "A Socio-Economic Survey in the Province of Nampula: Agricultural Marketing in the Smallholder Sector". Working Paper No. 4E, National Directorate of Agrarian Economy, Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.
- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1993). "The Organization, Behavior, and Performance of the Informal Food Marketing System in Maputo". Working Paper No. 10, May 1993. Maputo.
- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1995a). "Diagnóstico da Estrutura, Comportamento e Desempenho dos Mercados Alimentares de Moçambique". Working Paper No. 19, National Directorate of Agrarian Economy, Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.
- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1995b). "Inquérito ao Sector Moageiro de Pequena Escala em Moçambique: Observações Metodológicas". Working Paper No. 20, National Directorate of Agrarian Economy, Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.
- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1996). "Smallholder Cash Cropping, Food Cropping, and Food Security in Northern Mozambique: Research Methods". Working Paper No. 22, National Directorate of Agrarian Economy, Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.

- Ministry of Agriculture and Fisheries/Michigan State University Research Team (1997). “Desafios para Garantir a Concorrença e Reduzir os Custos no Sistema Alimentar de Mocambique”. Draft Research Report, National Directorate of Agrarian Economy, Ministry of Agriculture and Fisheries. Maputo.
- Sahn, David and Jaikishan Desai (1992). “Food Rationing in Maputo: An Analysis of the NSA”. Cornell University Food and Nutrition Policy Program.
- Tschirley, David and Michael T. Weber (1996). “Mozambique's Food Security Success Story”, Policy Synthesis No. Xx, Michigan State University Dept of Agricultural Economics. East Lansing, MI.
- Tschirley, David, Cynthia Donovan and Michael T. Weber (1996). “Food Aid and Food Markets: Lessons from Mozambique”. *Food Policy*, vol. 21, no. 10.
- Tschirley, David and Ana Paula Santos (1995). “Who Eats Yellow Maize: Preliminary Results of a Survey of Consumer Maize Preferences in Maputo, Mozambique”. International Development Working Paper No. 53. Department of Agricultural Economics, Michigan State University. East Lansing.
- Tschirley, David (1994). “Strategies for Coping with Recurrent Drought: Lessons from the 1992 Southern Africa Drought: Mozambique Country Study”. Paper prepared for USAID/Africa Bureau under Food Security II Cooperative Agreement.

RELATÓRIOS DE PESQUISA DA DE

1. Informing The Process of Agricultural Market Reform in Mozambique: A Progress Report, October 1990
2. A Pilot Agricultural Market Information and Analysis System in Mozambique: Concepts and Methods.
3. Inquérito ao Sector Familiar da Província de Nampula: Observações Metodológicas, 9 de Novembro de 1991
- 3E. A Socio-Economic Survey of the Smallholder Sector in The Province of Nampula: Research Methods (translated from Portuguese), January 1992
4. Inquérito ao Sector Familiar da Província de Nampula: Comercialização Agrícola, 30 de Janeiro de 1992
- 4E. A Socio-Economic Survey in The Province of Nampula: Agricultural Marketing in the Smallholder Sector (translated from Portuguese), January 1992
5. Inquérito ao Sector Familiar da Província de Nampula: O Algodão na Economia Camponesa, 9 de Novembro de 1991
- 5E. A Socio-Economic Survey in The Province of Nampula: Cotton in the Smallholder Economy (translated from Portuguese), January 1992
6. The Determinants of Household Income and Consumption in Rural Nampula Province: Implications for Food Security and Agricultural Policy Reform, August 1992
- 6P. Determinantes do Rendimento e Consumo Familiar nas Zonas Rurais da Província de Nampula: Implicações para a Segurança Alimentar e as Reformas de Política Agrária (Traduzido do Inglês), 24 de Fevereiro de 1993
7. A Socio-Economic Survey In The Province of Nampula: Smallholder Land Access and Utilization (Forthcoming)
8. Dengo, Maria Nita, "Household Expenditure Behavior and Consumption Growth Linkages in Rural Nampula Province, Mozambique", M.Sc. Thesis, Dept. of Agricultural Economics, Michigan State University (Reprint), December 18 1992
9. The Maputo Market Study: Research Methods, March 8 1993
- 9P. O Estudo do Mercado de Maputo: Observações Metodológicas, 1 de Junho de 1993
10. The Organization, Behavior, and Performance of the Informal Food Marketing System, May 28 1993

11. Food Price Behavior in the Maputo Informal Sector (forthcoming)
12. The Pricing and Distribution of Yellow Maize Food Aid in Mozambique: An Analysis of Alternatives, October 18 1993
13. The Maputo Market Study: Synthesis of Research Findings and Policy Implications (forthcoming)
14. Liedholm, Carl and Donald Mead, "Small-scale Enterprises: a Profile", in Economic Impact: A Quarterly Review of World Economics, no. 63 (Reprint)
- 14P. Liedholm, Carl and Donald Mead, "Pequenas Empresas: Um Perfil", em Economic Impact: A Quarterly Review of World Economics, no. 63 (Reprint, translated from English)
15. Mini-SIMA e Análises Específicas: Um Ensaio Aplicado aos Mercados de Maputo, 15 de Julho de 1993
16. The Evolution of the Rural Economy in Post-War Mozambique: Insights from a Rapid Appraisal in Monapo District of Nampula Province
17. Padrões de Distribuição de Terras no Sector Familiar em Moçambique: A Similaridade entre duas Pesquisas Distintas e as Implicações para a Definição de Políticas, May 1994
18. Who Eats Yellow Maize? Some Preliminary Results from a Survey of Consumer Maize Preferences in Maputo, October 1994
- 18P. Quem Come Milho Amarelo? Alguns Resultados Preliminares de um Inqzário sobre as Preferencias dos Consumidores de Milho na Cidade de Maputo (Traduzido do Inglês), 10 de Novembro de 1994
19. Diagnóstico da Estrutura, Comportamento, e Desempenho dos Mercados Alimentares de Moçambique, 4 de Julho de 1995
20. Inquérito ao Sector Moageiro de Pequena Escala em Moçambique: Observações Metodológicas, 30 de Janeiro de 1995
21. O Sector da Castanha de Caju - Lucros Potenciais Perdidos por Africa? (Reimpressão), Novembro de 1995
22. Smallholder Cash Cropping, Food Cropping and Food Security in Northern Mozambique: Research Methods, March 1996
- 22P. Culturas de Rendimento, Culturas Alimentares e a Segurança Alimentar do Sector Familiar no Norte de Moçambique: Métodos do Estudo, Novembro de 1996
23. Plan of Activities for Food Security Research Project, September 1995 through August 1997, 1996

24. Strasberg, Paul, "Smallholder Cash-Cropping, Food-Cropping and Food Security in Northern Mozambique", Ph.D.Dissertation, Dept. of Agricultural Economics, Michigan State University (Reprint), May 1997
25. Smallholder Cash-Cropping, Food-Cropping and Food Security in Northern Mozambique: Summary, Conclusions, and Policy Recommendations, June 1997
26. Agricultural Market Information for Family Farms in Mozambique, June 1997
- 26p Informação de Mercado Agrícola para o Sector Familiar em Moçambique, Junho 1997
27. Micro and Small Enterprises in Central and Northern Mozambique: Results of a 1996 Survey, September, 1997.
- 27p Micro e Pequenas Empresas no Centro e Norte de Moçambique: Resultados do Inquerito realizado em 1996, Setembro de 1997.
28. Desafios Para Garantir a Concorrência e Reduzir os Custos No Sistema Alimentar de Moçambique, 12 de Maio de 1998.